

Prefácio ao livro de M. J. Alves da Rocha
*Os limites do crescimento económico de Angola – As
fronteiras entre o possível e o desejável
2001
(versão final)*

Prefácio

Adelino Torres

O livro do economista Manuel José Alves da Rocha, intitulado *Os limites do crescimento económico de Angola – As fronteiras entre o possível e o desejável*, estuda, com rigor técnico, isenção e pragmatismo exemplares, os problemas, vicissitudes e razões de esperança que atravessam a economia e a sociedade angolana na actualidade. A sua análise constitui, por isso, um contributo importante para o conhecimento de uma situação que não é excessivo considerar como dramática.

A salutar franqueza com que aborda as dificuldades da situação económica e social de Angola não oculta os aspectos negativos da acção política e económica das instituições, mas, ao mesmo tempo, não se afasta de uma visão construtiva e crítica, igualmente necessária. Estamos longe, e ainda bem, tanto do optimismo delirante de certas publicações ditas “africanistas”, como do “afropessimismo” injustificado e derrotista, tão comum entre os próprios africanos por esse continente fora.

M. Alves da Rocha tem razão em manifestar confiança no futuro de Angola. Não obstante, parece-me que “a grande variedade de futuros possíveis” de que o autor fala, e onde destaca a questão vital da (re)construção nacional, é condicionada por dois parâmetros que importa não perder de vista.

Por um lado, pelo factor *tempo*, que decidirá em última instância o modo como o futuro se realizará. Seria tão ilusório pretender que esse *tempo* se projecta na curta duração, como esperar, após a cessação das hostilidades militares, que tudo mudará num ápice milagroso para uma “vida melhor” que provavelmente a actual geração adulta já não conhecerá. A pré-condição da paz é evidentemente essencial, como M. Alves da Rocha bem observa, mas para lá desse limiar o caminho da (re)construção nacional continuará a ser uma longa e árdua estrada de Damasco, quanto mais não seja porque depende da transformação do elemento humano - bem mais lenta do que por vezes se julga – que condiciona a mudança das coisas.

Por outro lado, tal processo inscreve-se num horizonte de *incerteza* que a univocidade das ideologias e dos dogmatismos quase nunca contempla. Assumir essa *incerteza* não é considerá-la um obstáculo mas sim um desafio¹. Um desafio ao espírito crítico e à imaginação criativa dos homens, que, para lá dos problemas de penosa vivência imediata que terão que ultrapassar, são chamados a combater os três pilares do totalitarismo que predominam modernamente: o *relativismo*², o *historicismo* e o *determinismo*. Insisto na corrente do “relativismo”, menos debatida que as restantes, pelas confusões que introduz e prejuízos que continua a causar ao pensamento contemporâneo. A ilusória pretensão de que todos os sistemas se valem porque cada um deles tem a sua própria coerência, abre caminho ao arbítrio e a um *teoricismo* sem rumo, desligado do real, que substitui a crítica da prática - condição do progresso humano - pela prática da crítica, circular e evanescente³.

Lutar contra esse relativismo, que está longe de poder ser confundido com um “universalismo plural” (Hassner), é, como o faz a investigadora natural dos Camarões, Axelle Kabou, denunciar “*a convicção de que todas as culturas se valem (...) Se não há nem homens superiores nem homens inferiores, como o demonstra o próprio absurdo desta proposição, existem em contrapartida culturas mais aptas do que outras para defender na prática o seu direito à existência. Desse ponto de vista, pode observar-se que a história das relações das elites políticas e intelectuais africanas com as massas, caracteriza-se desde as independências por uma formidável cobardia. Há trinta anos que se adula tudo e mais alguma coisa sob pretexto de autenticidade. Quando se sabe até que ponto essa reapropriação identitária não passa de um anti-ocidentalismo que data dos anos 30, pode avaliar-se a amplidão dos estragos. Assim, o Africano, pelo simples facto de ter sofrido a humilhação colonial, tornou-se o mais belo, o mais forte, o mais inteligente, o mais religioso, o mais espiritual. Perante este exagero, a África humilhada aplaude e pede mais: a sua superioridade baseia-se, julga ela, no carácter rudimentar da sua tecnologia*”⁴.

¹ É esse a meu ver um dos ensinamentos da Filosofia de Karl Popper.

² Como escreve Popper: “O relativismo é um dos muitos crimes dos intelectuais. É uma traição à razão e à humanidade”. Cf. K. Popper, *In Search of a Better World*, trad. port. *Em busca de um mundo melhor*, Lisboa, Fragmentos, 3ª ed. 1992: 19. Para uma crítica sistemática do relativismo ver: S. Lukes, *On the Social Determination of Truth*, Londres, Macmillan, 1977.

³ Ademais, se tudo se vale, deixa de haver critério para, por exemplo, definir “crime contra a humanidade”, ou para criticar a excisão das mulheres, que tantas mutilações, sofrimentos e mortes causa em África, etc.

⁴ Cf. Axelle Kabou, *Et si l’Afrique refusait le développement?*, Paris, L’Harmattan, 1991: 120.

Lutar contra o relativismo é igualmente ousar afirmar que, em muitas situações, é menos urgente produzir mais conhecimento científico do que chegar a uma solução socialmente equitativa com o conhecimento que já possuímos; é recusar que problemas sociais e políticos sejam transformados em dados “técnicos”, eivados de *cientismo*, cujas “soluções” escamoteiam a sua natureza social e política; é, enfim, compreender que um certo número de problemas característicos de situações complexas podem não dar lugar a uma análise científica completa ou a predições exactas, nem tão pouco permitem postular “leis” gerais, quer se fale de comportamentos do mundo físico⁵, quer - menos ainda - de temas que relevam das ciências sociais, como uma excessiva utilização – com carácter apodíptico - das matemáticas e outros métodos quantitativos demasiadas vezes nos querem fazer crer⁶.

Sendo os homens, em termos de aptidões, semelhantes em todas as latitudes, apenas mudando os contextos históricos e culturais que lhes moldam os destinos, a problemática do relativismo tem forçosamente que preocupar também os intelectuais angolanos que se defrontarão com muitas das suas consequências, mesmo se, por agora, a atenção é desviada para imediatismos e urgências quiçá inadiáveis mas circunstanciais.

Aliás o debate sobre as aptidões dos homens é uma velha questão que remonta aos primórdios do pensamento humano. Podemos, no entanto, encontrar marcos deixados pela abordagem humanista e esforços racionalistas do século europeu das Luzes (século XVIII), nomeadamente em Portugal. E uma vez que vem a talhe de foice mencionar este último país, que seja permitido recordar que - ao contrário do que demasiadas vezes se crê - existe neste campo uma tradição filosófica humanista prestigiosa ainda que injustamente desatendida⁷. Desde os setecentistas Luís António

⁵ Cf. A. Chalmers, *Science and its Fabrication*, Buckingham, 1990.

⁶ Não se trata de contestar a utilização dos métodos quantitativos, que são um instrumento auxiliar precioso, mas tão somente a pretensão, algo axiomática e não poucas vezes inútil, de subordinar as ciências sociais, nomeadamente a economia, a modelos matemáticos esquecendo frequentemente a problematização. K. Popper esclareceu suficientemente a questão, insistindo que a ciência só avança “de problemas velhos para problemas novos”. Vd. eventualmente K. Popper, *A lógica da pesquisa científica*, trad. port., S. Paulo, Cultrix, 1972; e também o notável Giogio Israel, *La mathématisation du réel*, Paris, Seuil, 1996.

⁷ Embora profano em matéria de Filosofia, não posso deixar de notar, com alguma inquietação, a persistente ignorância acerca da Filosofia Portuguesa e dos seus numerosos autores (com excepção de Antero de Quental e de poucos mais) a qual predomina mesmo entre os especialistas das diversas Ciências Sociais. Isso parece-me duplamente grave: primeiro, porque os filósofos portugueses sofrem a comparação (não raro com vantagem) quando confrontados com conhecidos filósofos de outras nacionalidades (Delfim Santos analisou, com rigor e originalidade, a obra de Wittgenstein muito antes de qualquer autor de França ou de Espanha, pelo menos, países onde este autor está hoje na moda); segundo, porque, na Europa,

Verney e António Soares Barbosa até aos dias de hoje⁸, passando por Leonardo Coimbra, Delfim Santos ou Álvaro Ribeiro, a lista seria longa e surpreenderia porventura muitos. Para dar apenas um exemplo, António Soares Barbosa escreveu em 1792, no estilo e linguagem da época que *“as diferenças que caracterizam os homens em cada clima são só superficiais e acidentais, nem fazem de modo algum mudar a espécie. Se tomarmos diversos indivíduos, cada um habitador de clima diferente e oposto, eles são capazes de se juntarem, propagarem e perpetuarem o género humano. Isto mostra que o germe conserva essencialmente a sua identidade original. E assim cada homem é igual ao outro especificamente, isto é, tanto homem como o outro”*.⁹

A esse propósito, julgo pertinente a interrogação de M.J. Alves da Rocha sobre a existência de um “génio angolano” susceptível de permitir essa reconstrução nacional. A resposta não oferece dúvidas, não por uma qualquer metafísica vaga e dissolutiva ou uma escatologia presciente¹⁰, mas porque a eclosão desse “génio” – em Angola ou em qualquer outra parte do mundo – depende fundamentalmente da capacidade de organização, de que o racionalismo e o método crítico são as componentes essenciais, o que está obviamente ao alcance do país desde que os responsáveis saibam assumir as inerentes responsabilidades políticas e “organizacionais”, chamemo-lhes assim¹¹..

desde finais do século XX a Filosofia começa de novo a ser considerada como um instrumento auxiliar indispensável para as outras ciências, incluindo as ditas mais “duras”, como o comprova o esforço que tem vindo a ser desenvolvido pela UNESCO nos últimos anos. Transpondo esse problema para o terreno africano, não é menos inquietante o desconhecimento – na própria África - de filósofos africanos de valia como K.A. Appiah, S. Biko, H.O. Oruka, K. Wiredu, K. Gyekye por exemplo, ou de economistas e cientistas sociais tais que Daniel Etounga Manguelle, Axelle Kabou, Célestín Monga, Mamadou Dia e muitos outros, cuja reflexão é útil ou mesmo essencial para pensar o desenvolvimento e para a própria apreciação das políticas económicas e sociais em curso. Infelizmente muitos deles, por negligência ou incompetência dos dirigentes políticos, foram forçados a abandonar os seus países e leccionam hoje em universidades europeias e norte-americanas.

⁸ Sobre a Filosofia das Ciências ver: Ana Luísa Janeira, “A filosofia das ciências em Portugal”, revista *CTS* (Lisboa), 9, Setembro 1989. Acerca da história da filosofia em Portugal ver o notável M. Gonçalves Cerejeira, *O Renascimento em Portugal – Clenardo e a sociedade Portuguesa*, Coimbra, Coimbra Editora, 4ª ed. revista, 2 vols; e o monumental Pedro Calafate (Direcção de), *História do Pensamento Filosófico Português*, Lisboa, Caminho, 2001, 5 vols.

⁹ António Soares Barbosa, *Tratado Elementar de Filosofia Moral*, Coimbra, 1792. Citado por José de Arriaga, *A Filosofia Portuguesa 1720-1820*, Lisboa, Guimarães, 1980: 116.

¹⁰ O “Afrocentrismo” é tão desastroso e lamentável quanto o “Eurocentrismo”. Vd. Stephen Howe, *Afrocentrisme – Mythical Past and Imagined Homes*, Londres, Verso, 1999.

¹¹ Basta relembrar as transformações e modernização que, no princípio do século, Mustapha Kemal (1881-1938) foi capaz de introduzir na Turquia (país muçulmano), uma das mais notáveis e revolucionárias acções de construção do Estado-Nação e de aprendizagem da *modernidade* de todo o século XX. É frequentemente esquecido que se esse processo tivesse prosseguido, com a mesma dinâmica, depois da sua morte, a Turquia seria provavelmente hoje um país tão

Também o problema dos “*recursos humanos*” – terminologia que prefiro a “capital humano” – oportunamente analisado, está correlacionado com, pelo menos, dois outros: o sistema educativo aos níveis do ensino básico, secundário e superior, e a evolução do processo demográfico. Estes, por sua vez, enquadram ou determinam a *produtividade* que tanta atenção merece justamente ao autor

Assim, se é geralmente reconhecida a necessidade de remediar a qualidade do ensino, considerado uma das traves mestras do próprio desenvolvimento, nem sempre são apreendidas as consequências da evolução demográfica, dado que os seus efeitos só se fazem plenamente sentir no longo prazo. Por isso M. Alves da Rocha tem motivos para sublinhar as dificuldades de uma elevada taxa de crescimento natural e os consideráveis encargos que tal implica, tanto em Angola como, aliás, na maioria dos países do Sul “em desenvolvimento”.

No entanto, também conviria não perder de vista que a juventude da população é (ou pode ser) um elemento impulsionador de uma dinâmica essencial ao progresso, como o demonstra a necessidade dos países do Norte, cuja população está envelhecida, em colmatar essa lacuna recorrendo a uma forte imigração proveniente do Sul. O que em Angola é, actualmente, um *handicap*, também é susceptível de ser considerado, noutra óptica, um trunfo precioso¹².

desenvolvido como qualquer outro da Europa Ocidental. A pretendida “inaptidão” dos países muçulmanos para a modernidade, evocada por alguns, nada tem a ver com factores “naturais” mas antes de mais com a falta de liderança, em particular no que concerne à necessidade crucial da separação entre a religião e o Estado nesses países, como os acontecimentos actuais em torno da “guerra anti-terrorista no Afeganistão” o ilustram. Até pelo menos ao século XV a cultura muçulmana conheceu uma fase de esplendor, tanto nos campos da ciência e da tecnologia (vd. Al-Hassan e D. Hill, *Islamic Technology*, Unesco, 1991) como nos das letras de que são testemunho alguns grandes nomes da cultura universal, como Al-Kindi (n. 801), Al-Razi (n. 865), Ibn Sina (n. 980), Ibn Rushd (n. 1126, conhecido no Ocidente por Averróis) Ibn Arabi (n. 1165) ou o grande e muito actual Ibn Khaldun (n. 1332). O predomínio, nos dias de hoje, de *mullahs* obscurantistas e medievais que mandam queimar bibliotecas, destruir obras de arte milenárias, reduzir mulheres à mendicância só por serem mulheres, ao mesmo tempo que formam terroristas (com cumplicidade de governos e nacionalismos oportunistas) é grandemente responsável – embora não seja o único, é certo - pelo atraso em que se encontram muitos dos países do “Sul”. Releia-se o livro de um cientista paquistanês, Pervez Hoodbhoy, para o compreender: *Islam and Science – Religious Orthodoxy and the Battle for Rationality*, Londres, Zed Books, 1991. Sobre a situação do integrismo religioso na Europa, ver o notável artigo de um muçulmano indiano: Farrukh Dhondy, “Our Islamic Fifth Column”, *City Journal* (New York) Autumn 2001, vol. 11, nº 4., Manhattan Institute (www.city-journal.org/).

¹² No entanto é conveniente não perder de vista que a falta de formação não é, em certas circunstâncias, impeditiva de adaptação a determinadas condições de produção. Por exemplo, nos anos 60-80 a mão-de-obra portuguesa, turca e maghrebina, de origem rural e sem nenhuma preparação industrial anterior, adaptou-se sem dificuldades excessivas aos ritmos e modos de produção das economias desenvolvidas em países como a França e a Alemanha.

É claro que o seu aproveitamento neste último sentido só poderá ter lugar depois da reposição da normalidade política em moldes democráticos e de ter sido reorganizada a economia, etapa a partir da qual se poderão, com a eficiência desejável, absorver os recursos humanos disponíveis, reestruturar o aparelho escolar e aproveitar enfim as potencialidades do mercado. Aliás a discussão em torno do “mercado” e os sempiternos debates em torno deste conceito, merece uma curta referência entre parênteses: como disse M. Henochsberg¹³, o mercado é uma instância de codificação dos fluxos económicos e das suas conexões. A sua existência é consubstancial à das transações económicas, o que nada tem a ver com uma qualquer ideologia neoliberal. A um cenário de movimentos económicos que se entrecruzam (entre cidadãos ou entre países, uma vez que nenhum agente vive totalmente isolado e sem comunicação com outros), corresponde necessariamente um lugar da sua codificação que é o “mercado”. Quando o soviétismo o procurou suprimir, acabou por, progressivamente, estrangular a própria circulação económica, com os resultados que se conhecem. Admitir o papel do mercado não é escolher entre este ou aquele sistema, salvo no caso dessa escolha incidir tão somente sobre a vida ou a morte da civilização...

Fechado o parênteses, voltemos ao desenvolvimento angolano para acrescentar apenas que o desenrolar desse processo é ainda uma incógnita uma vez que Angola continua a defrontar-se com obstáculos de tremenda gravidade, de que o autor faz uma leitura exigente.

Num prefácio necessariamente curto, seria redundante recapitular todos os pontos abordados na análise ou tentar resumi-los. Limito-me a tecer algumas considerações que esta me inspirou, com o propósito essencialmente dialógico que a qualidade do texto sugere.

M. Alves da Rocha relembra que os “modelos coloniais de exploração económica” ao privilegiarem as matérias-primas e o sector agrícola em função das necessidades dos centros metropolitanos, têm grande responsabilidade na estrutura da produção hoje existente. Mas, no seguimento dessa constatação, não deixa de registar com igual razão que, tantos anos depois das independências políticas, não tenha havido alteração deste estado de coisas.

¹³ Cf. Michel Henochsberg, *Nous nous sentons comme une sale espèce – Sur le commerce et l'économie*, Paris, Denoel, 1999.

Atrevo-me a deduzir daqui que, contrariamente a certas teses ainda em voga, o importante não é estabelecer uma precária relação de causa a efeito que reverte facilmente em paralogismos inconclusivos, mas (sem escamotear responsabilidades), sublinhar a assimetria entre as duas questões.

Em primeiro lugar, se, de facto, os mitos colonizadores sobre África se inscreveram numa crónica ideológica, que não foi uma crónica de revelação mas sim de ocultação, no dizer de J. Urrutia¹⁴, também é, nos dias de hoje, difícil pretender – ao menos no plano material – que a gesta nacionalista tenha feito melhor.

O *relativismo* tem aqui, mais uma vez, um campo de eleição para desmultiplicar argumentos judicativos que, embora tendo perdido muito da sua força em relação aos anos 60-70 (“*terceiro-mundismo*”, “*teorias da dependência*”, “*teoria do partido-único*”, etc.), ainda subsistem em certos meios. Porém, é crescente o número de analistas e autores africanos que contestam esses “argumentos” e exigem mais transparência e verdade, sem necessariamente perfilharem as teses neoliberais. É o caso, entre muitos outros, de Edem Kodjo, de Axelle Kabou, de Daniel Etounga Manguéle, de Tirfe Mammo, de Kidane Mengisteab, etc.¹⁵

Em segundo lugar, há que reconhecer sem complexos que Angola herdou, à data da independência, uma das três maiores estruturas industriais da África Austral, se excluirmos o caso particular da República da África do Sul. É certo que esse esforço de construção só foi consentido pela potência colonial a partir dos anos 1960¹⁶ e como resultado da pressão exercida pela luta dos movimentos nacionalistas angolanos. Mas fossem quais fossem os motivos, a verdade é que essas infraestruturas

¹⁴ Vd. Jorge Urrutia, *Leitura do Obscuro – Uma semiótica de África*, trad. port., Lisboa, Teorema, 2000.

¹⁵ Vd. Edem Kodjo, *Et demain l’Afrique*, Paris, Stock 1985; Axelle Kabou, *opus cit.*; D. Etounga Manguelle, *L’Afrique a-t-elle besoin d’un programme d’ajustement structurel?*, Paris, Editions Nouvelles du Sud, 1993; Tirfe Mammo, *The Paradox of Africa’s Poverty*, Asmara/Eritreia, 1999; Kidane Mengisteab, *Globalization and Autocentricity in Africa’s Development in the 21st Century*, Asmara/Eritreia, 1996

¹⁶ Com excepção do período 1921-24 aquando da governação do Alto Comissário Norton de Matos durante a Primeira República. Para os anos 60-70 ver: Jorge Eduardo da Costa Oliveira, *Servindo o futuro de Angola*, Luanda, 1972. Note-se, de passagem, que é de elementar justiça sublinhar a obra de J.E. da Costa Oliveira, que foi Secretário (de Estado) da Economia em Angola entre 1964 e 1973, desempenhando um papel de extrema relevância na industrialização de Angola. O que fez dele o maior obreiro desta economia desde o fim do primeiro quartel do século XX, ultrapassando em muito os planos de Lisboa, o que acabou por lhe causar dissabores, a começar pela sua destituição. Várias décadas depois, não ficaria mal às autoridades angolanas reconhecerem o contributo decisivo que este economista e Alto Funcionário deu, desinteressadamente e não sem coragem, à construção da *modernidade* de Angola.

existiam em 1974, colocando Angola num plano cimeiro entre os países da África Subsaariana.

Pode constatar-se sem dificuldade que elas estão hoje obsoletas ou praticamente desapareceram, como de resto é demonstrado neste livro. Ninguém o nega e o acordo sobre este ponto é unânime. O que não é fácil é que cada um reconheça a quota-parte de responsabilidade histórica que lhe cabe.

O que pretendo sublinhar é a imperiosa necessidade dos próprios angolanos examinarem, sem complacência, as principais causas desse descalabro (deixando de lado a litania, já gasta, de que “*a culpa é só da guerra*”, mesmo se esta condiciona, de facto, as circunstâncias actuais muito mais do que no passado)¹⁷.

É urgente sair de uma situação que lembra a dos velhos senhorios de prédios vetustos em tempo de crise, sem capacidade produtiva autónoma, vivendo das “rendas”, neste caso do petróleo, dos diamantes e de pouco mais.

Não é um destino digno para uma nação que merece melhor, nem um rumo adequado à coesão indispensável do tecido social¹⁸.

Enquanto esse esforço de auto-análise ou mesmo de autognose não for feito, receio bem que as verdadeiras soluções continuem adiadas. É certo, diz-nos o autor, que os últimos dez anos foram, em Angola, de “democratização política” inaugurando uma época “de reencontro do país consigo próprio”, apesar da guerra, da pobreza, de alguma intolerância social, de novo-riquismo, etc. No essencial M. Alves da Rocha demonstra que a década de 90 foi uma década perdida para as reformas macroeconómicas. E se a economia petrolífera tem progredido, a outra economia, que toca a vida quotidiana de milhões de pessoas, tem regredido de modo alarmante¹⁹.

¹⁷ Veja-se a discussão em torno dos factores explicativos da situação económica de Angola no limiar do século XXI: se o desastre económico-social que se verifica tem como única causa a guerra, ou se, pelo contrário, a guerra não passa de uma das consequências (não se está a dizer: “*da consequência*”!) de políticas económicas erradas no período imediatamente após a independência e durante os quinze anos que se seguiram. Tudo leva a crer que, no essencial, a questão está esclarecida desde a investigação de M. Ennes Ferreira: *A indústria em tempo de guerra (Angola 1975-91)*, Lisboa, Cosmos, 1999, obra de referência onde é sustentado de maneira convincente que a guerra em Angola não é realmente “a causa” do mau desempenho económico e social a partir de 1975.

¹⁸ Alguns aspectos desta problemática são estudados por Paulo de Carvalho num livro a sair brevemente, creio que em Angola: *Angola: quanto tempo falta para amanhã?* (inédito, 2001)

¹⁹ Não é inútil repetir que nos países africanos não existe nenhuma fatalidade que leve ao subdesenvolvimento. As “receitas”, se posso assim dizer, já foram mil vezes repetidas: respeito da democracia, luta contra a corrupção, liberdade empresarial e de comércio, liberdade de imprensa, descentralização política e administrativa, larga participação das populações – em especial das mulheres - em associações e assembleias locais e nacionais, etc.

Uma das questões de fundo é saber se o agente fundamental da mudança será o Estado, na sua versão keynesiana, ou o mercado na perspectiva ultraliberal defendida pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e, até certo ponto (embora de modo diferente), pelo Banco Mundial (BM).

Até ao dia 11 de Setembro de 2001²⁰ tudo indicava que a orientação ultraliberal e errada da economia mundial, com resultados muito polémicos, iria prevalecer, consolidando-se por tempo indeterminado. Joseph Stiglitz, Prémio Nobel da Economia em 2001 (conjuntamente com G. Akerlof e M. Spence), dizia numa entrevista recente, que a maneira como o FMI e a Organização Mundial do Comércio (OMC) desempenharam os seus mandatos, “*contribuiu provavelmente para aumentar a pobreza. O FMI, por exemplo, favoreceu a liberalização dos movimentos de capitais, apesar de haver muito poucas provas de que a liberalização financeira favoreça o crescimento económico*”²¹.

Naturalmente que não é impossível que a abordagem das soluções económicas no plano mundial sofra a partir de agora algumas alterações, pelo menos no plano teórico, depois da atribuição do Prémio Nobel a Amartya Sen e aos três laureados de 2001 de ceba neokeynesiana, após longos anos durante os quais esse prémio foi atribuído a neoclássicos liberais, especialmente da Escola de Chicago²². Mas, por enquanto, a despeito dos terríveis acontecimentos do 11 de Setembro, nada indica que os governos dos países mais desenvolvidos e as instituições internacionais que deles emanam, estejam decididos a rever toda uma estratégia de “mundialização” neoclássica que, como se sabe, traduziu essencialmente a “financeirização” das economias e formas de “mercadorização” dos homens e das sociedades, com o resultado absurdo de promover um aumento exponencial da riqueza para alguns e o empobrecimento da maioria da população do planeta (cf. *Relatórios* do PNUD), contribuindo para o aprofundamento da clivagem entre o Norte e o Sul.

²⁰ Dia do ataque terrorista de Nova Iorque, acto criminoso de cariz nazi onde pereceram mais de 5 000 pessoas de 60 nacionalidades e de diferentes raças e credos.

²¹ Joseph Stiglitz, “La libéralisation a été programmée par les pays occidentaux pour les pays occidentaux”, *Le Monde* (Paris), 6/11/2001.

²² É útil não confundir “*neokeynesianos*” com “*pós-keynesianos*”. Enquanto a escola “neokeynesiana” se orienta para a gestão da procura, tentando fazer a “síntese” (Hicks) entre o keynesianismo propriamente dito e teoria clássica liberal (Hicks, Tobin, Meade), a escola pós-keynesiana, saída da corrente radical da análise de Keynes (Kaldor, Kalecki, Joan Robinson) insiste pelo contrário na ruptura entre Keynes e a economia clássica, concentrando a sua atenção nas políticas de rendimento, no sistema monetário internacional e no planeamento indicativo. Os “neokeynesianos” estão muito mais próximos dos neoliberais do que os “pós-keynesianos”,

O mal inspirado ardor teleológico dos ultraliberais, personificado pelo governo Bush, parece disposto a manter, no essencial, a rota anteriormente traçada. Se, desde o 11 de Setembro aqueles são bem obrigados a “engolir um sapo” (pelo menos até à próxima ocasião) segundo o qual não há mercado sem regras, nem regras sem Estado, o ministro da Finanças americano, Paul O’Neil, mantém a ideia de que sancionar os paraísos fiscais é “*uma ingerência não desejável*” (note-se que a City de Londres é o primeiro centro financeiro do mundo, revelando grande complacência quanto à circulação e reciclagem do “dinheiro sujo”²³) enquanto a Casa Branca reitera a sua visão profundamente conservadora da acção pública que aplica um intervencionismo distribuidor de prebendas fiscais aos ricos e às grandes empresas, sem atender à situação dos desempregados.

No plano externo americano, também é pouco provável, pelo menos até este momento (Novembro 2001), que haja uma mudança nas relações dos EUA com os países mais pobres, não se vislumbrando sinais que apontem para a anulação da dívida dessas zonas, ou para reforçar o orçamento da ajuda pública ao desenvolvimento²⁴. Também são conhecidas as reservas do Presidente quanto à utilidade do próprio Banco Mundial.

Relembra-se que, no Verão de 2001, P. O’Neil dizia que o BM deveria reduzir os seus empréstimos aos PED e que os programas sociais eram excessivos em relação aos apoios mais directos a essas economias. Há pois razões para duvidar que estejamos perante “uma nova era” ou que a situação venha a mudar radicalmente, tanto é verdadeiro o adágio popular de que “*não há maior cego do que aquele que não quer ver*”. Note-se, por curiosidade, que este bom senso do povo não se aplica apenas aos “liberais” mas a qualquer outra tendência, como refiro na nota de rodapé a seguir...²⁵

razão pela qual certos analistas não acreditam que o facto de distinguir os três últimos nomes anuncie uma viragem na percepção dos problemas económicos contemporâneos...

²³ Vd. *Les Documents d’Information de l’Assemblée Nationale* n° 2311 (www.assemblee-nationale.fr).

²⁴ Os EUA só consagram 0,1 % do seu PIB à ajuda ao desenvolvimento. Em termos percentuais é de facto pouco comparado com as percentagens da União Europeia. No entanto é justo esclarecer que esses 0,1 % numa economia tão poderosa como a dos EUA, representam 9,5 mil milhões de dólares, ou seja constituem a segunda maior ajuda do Norte aos países do Sul, depois da do Japão (13 mil milhões)...

²⁵ Por exemplo, num estudo recente, E. Kouvélakis nega que possa existir uma “*crise do marxismo*” porque tal conceito se lhe não aplica, diz ele com ar sério. E explica ingenuamente: «*Só se pode (...) falar de “crise do marxismo” como momento singular durante o qual se produz uma coisa bastante inabitual na história das ideias (...). Por outras palavras, as “crises do marxismo” são conjunturas durante as quais o enunciado “há uma crise do marxismo” predomina em interioridade, onde este enunciado serve (...) para designar a experiência que*

Não posso alongar-me sobre este assunto que, aliás, é essencial para contextualizar os destinos da economia Angola. Limito-me a acrescentar que, contrariamente a um certo entendimento, a questão não reside na “mundialização” propriamente dita, mas na utilização que dela é feita.

Numa palavra, é indispensável inserir os conceitos na teoria do conhecimento que lhes é própria, sem a qual não podemos delinear uma axiologia geral que nos oriente. *Em si*, a “mundialização” não é um programa, uma estratégia ou uma “conspiração”, mas tão somente um *processo* que promana da evolução científica e tecnológica.

Evidentemente, ela tanto é susceptível de veicular um procedimento ultraliberal de “financeirização” e de destruição dos Estados democraticamente eleitos, como pode contribuir para implementar e difundir uma “política keynesiana” à escala planetária, que sirva de plataforma a um mais justo equilíbrio entre o económico e o social. Sem falar da sua força comunicacional que aproxima homens, ideias, inovações e descobertas como nunca fora possível em toda a história da humanidade. Não é portanto o conceito, enquanto tal, que deve ser rejeitado, como muitos crêem num radicalismo mal pensado²⁶, mas sim o seu aproveitamento desregulado por determinadas forças que dele se apropriam.

Recusar a mundialização é um contra-senso porque ela é irreversível nos planos material, científico, tecnológico. A questão crucial é outra: é a de sermos capazes de associar a mundialização económica a uma política cosmopolita, tomando doravante mais a sério, nas palavras do analista Ulrich Beck, a dignidade dos homens que não pode ser *mercadorizada*, fazendo com que “os riscos da mundialização se tornem previsíveis e que as liberdades e frutos da mundialização sejam distribuídos mais equitativamente”. É preciso voltar atrás relativamente ao “dogma da inutilidade do Estado, encetar a transformação dos Estados-nações em Estados cosmopolitas e

“marxistas” têm quando definem a sua própria relação com esse referente». Cf. E. Kouvélakis, “Crises du marxisme, transformation du capitalisme”, in Jacques Bidet et E. Kouvélakis (Sous la direction de), *Dictionnaire Marx Contemporain*, Paris, PUF, 2001: 41.

Esta insondável e opiniosa prosa “marxista” de tendência Groucho, confirma pelo menos que, de facto, como diz o prólogo: “não há maior cego do que aquele que não quer ver”...

²⁶ É evidentemente necessário fazer a distinção entre analistas que levam a cabo uma reflexão crítica sobre certas formas de “mundialização” e grupos de manifestantes cujas intenções são pouco claras. Ver os documentos do Forum Económico Mundial (Davos) e do Forum de Porto Alegre (Brasil), bem como as publicações de ATTAC.

abertos”²⁷. Actualmente é muito grande o perigo para que aconteça exactamente o contrário

Assim, o verdadeiro debate não parece ser “*por ou contra a mundialização*”, mas sim “*por ou contra uma certa regulação supra-nacional da mundialização*” de cujo escopo dependem as metodologias, regras e normas a aplicar.

É certo que a fatídica data do 11 de Setembro, em Nova Iorque, parece indicar – de um ponto de vista de senso comum e não só - a necessidade de uma viragem no reforço do multilateralismo, fazendo dizer a J. Stiglitz que se é preciso uma “*acção colectiva global contra o terrorismo*”, é igualmente indispensável uma acção concomitante “*em muitos outros domínios. É o preço da nossa interdependência*”²⁸. É a voz da razão. Mas é sabido que em matéria de teologia (neste caso “*teologia ultraliberal*” algo egotista), a *Razão* sempre foi um fraco argumento. Os ayatoláhs, mulláhs e outros talibans que o digam.

Angola terá, antes de mais, que contar com as suas próprias forças, e é, em parte, também por isso que balanços como o M. Alves da Rocha são particularmente preciosos.

Todavia, se a transição para uma cada vez maior abertura deve ser encarada com decisão, isso não exclui alguma prudência. O grau de abertura da economia angolana já é extremamente elevado (150 % em relação ao PIB). Como as exportações estão concentradas em praticamente um único produto (petróleo) e o país, por incapacidade produtiva interna, está dependente das importações, Angola encontra-se profundamente endividada: 50 % das receitas de exportação são utilizados para pagar o serviço da dívida, o que é insustentável. Logo, o problema não é apenas “abrir” a economia, mas modificar a estrutura da produção, quer para satisfazer uma parte das necessidades do mercado interno quer para ajudar a equilibrar uma balança comercial e uma balança de pagamentos distorcidas.

É óbvio que o *proteccionismo* coercivo, tal como foi concebido e aplicado (quer dizer: de maneira estreita e rígida) nos PED durante décadas (sobretudo na América Latina e em África) faz hoje parte do museu das velharias. A abertura liberal (se for regulada) é manifestamente superior e aponta para outras oportunidades. No entanto, a nova “estratégia da promoção das exportações” (EPE), demasiadas vezes preconizada pelos técnicos do FMI ou da OMC, não pode ser aplicada

²⁷ Ulrich Beck, “La fin du néolibéralisme”, *Le Monde* (Paris), 10/11/2001.

indiscriminadamente como uma “receita”, sem atender a três factores pelo menos: a) a reestruturação e diversificação das economias nacionais dos PED; b) a sua articulação com a economia regional; c) um melhor acesso aos mercados dos países ricos que continuam a praticar *dumping* em preços de produtos subvencionados (cereais, carnes, produtos lácteos...) fazendo uma concorrência desleal aos produtos daqueles e destruindo os mercados locais.

No ano 2000 os Quinze da UE consagraram 44 mil milhões de Euros à “Política Agrícola Comum” (PAC) enquanto os EUA acordaram 20 mil milhões de dólares de ajudas aos seus agricultores. O conjunto dos países da OCDE atribuiu 365 mil milhões de dólares de subvenções à sua agricultura, ou seja seis vezes o volume da ajuda ao desenvolvimento. É cada vez mais evidente que a PAC (e os equivalentes, ainda que disfarçados, métodos americanos) significa um esbanjamento de recursos e uma forma de protecção dos agricultores dos países desenvolvidos. Se, pelo menos, uma parte desses financiamentos fosse transferida para apoiar a agricultura dos países pobres eliminando-se, ao mesmo tempo, no Norte, barreiras às importações, as perspectivas de desenvolvimento daqueles tomariam, seguramente, uma feição radicalmente diferente da actual. Esta é uma pedra de toque decisiva.

Os PED importadores e exportadores líquidos têm portanto fortes motivos para exigir a supressão dessas subvenções e para reclamar contra os direitos aduaneiros proibitivos a que são submetidos vários dos seus produtos. Também é justificada a reivindicação de maiores prazos e meios financeiros e técnicos para conseguirem adequar as suas economias às normas dos acordos comerciais definidos na OMC. Até agora as concessões feitas aos PED têm estado longe de ser suficientes para atenuar os antagonismos entre o Norte e o Sul.

É certo que, em teoria e como regra de princípio, as importações deveriam estar subordinadas à capacidade de exportar, pelo menos no que se refere a bens supérfluos ou de luxo. Mas a batalha não se trava apenas a esse nível. Ela tem lugar também no âmbito das regras internacionais de comércio definidas pela OMC e que devem ser aplicadas por todos, incluindo os países do Norte, o que não tem acontecido²⁹.

²⁸ J. Stiglitz, *ibidem*.

²⁹ No que se refere a Angola, estou naturalmente a fazer abstracção do problema da guerra, sendo certo que uma paz efectiva é condição prévia para levar por diante uma política de desenvolvimento qualquer que seja.

Para exportar (e também para importar, sob pena de endividamento em espiral) é preciso produzir, conciliando o crescimento com o desenvolvimento, duas noções distintas mas estreitamente complementares.

Os equilíbrios macroeconómicos são necessários. O facto de haver, por exemplo, “despesas do Estado não orçamentadas” (30 % das despesas não orçamentadas é pura e simplesmente sinal de uma gestão ruínosa), ou uma estrutura fiscal deficiente onde poucos pagam impostos, são aberrações insustentáveis.

Não se está a defender um “crescimento equilibrado” a qualquer preço pois sabe-se que o processo de desenvolvimento é, por definição, uma sequência de “desequilíbrios dinâmicos”³⁰, mas unicamente a relembrar que a chamada “*good governance*” tem regras mínimas de transparência sem as quais a democracia é mera ficção.

No cerne do desenvolvimento estão, como nota M. Alves da Rocha, a produtividade e a competitividade, dois elementos capitais da célebre noção schumpeteriana de “*destruição criadora*”, conceito estimulante sem dúvida, embora se possa prestar a alguma polémica, na medida em que outros autores recusam essa interpretação positiva e põem antes o acento tónico numa “contradição” que decorre da acumulação capitalista. Nessa óptica, a “destruição” deixa de ter a conotação positiva que lhe é atribuída por Schumpeter para atingir (negativamente) “todas as dimensões da realidade humana e social”³¹ e não apenas as empresas ou formas de produção obsoletas..

Embora M. Alves da Rocha não tenha podido tratar da questão da integração regional e, de uma maneira mais abrangente, da articulação de Angola com a economia mundial que largamente a condiciona, termino com uma rápida referência a uma “estrutura” intermédia: a “*Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*” (CPLP), constituída por sete países: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e S. Tomé e Príncipe, de que não me parece que tenham sido aproveitadas ainda todas as potencialidades.

³⁰ No sentido de que falava Albert O. Hirschman numa obra clássica e ainda actual: *Stratégie du développement économique*, trad. francesa, Paris, 1964.

³¹ Penso que o sentido em que M. Alves da Rocha utiliza a expressão de Schumpeter, se adequa melhor a uma visão construtiva e mais serena da realidade, enquanto a posição de autores como Samir Amin se me afigura excessivamente subordinada a uma finalidade escatológica. Para uma apreciação do tema ver: Samir Amin, “A dimensão destrutiva da acumulação do capital”, in: *Episteme – Revista Multidisciplinar da Universidade Técnica de Lisboa* (Lisboa), nº 7-8-9, Ed. Vega/UTL (inédito a sair até ao fim deste ano de 2001, donde foi extraída a última frase cotejada).

Esta comunidade não é incompatível com a pertença de cada um dos seus membros a outros espaços regionais nem colide com regras vigentes na UE. Há pois um espaço de manobra susceptível de ser utilizado, com vantagens importantes para cada um dos membros, quer no plano da cooperação política, administrativa, cultural e militar, quer no âmbito económico, vantagens que superam em muito as eventuais dificuldades quotidianas (por vezes comezinhas) com que o funcionamento de uma tal entidade sempre se depara, como é natural. Não creio que uma intelecção estratégica em profundidade e em toda a extensão das suas possibilidades, no plano regional ou mundial, tenha já sido feita, pelo menos até ao momento³².

Em conclusão, a análise exigente de Manuel J. Alves da Rocha, neste estudo minucioso e bem informado sobre a situação da economia angolana no limiar do século XXI, é de valor inestimável. Nela os técnicos e dirigentes angolanos encontrarão certamente motivos de reflexão e pistas para acção. No interesse de populações que já sofreram quanto baste e de uma juventude que (é um truísmo por vezes esquecido) só dispõe de uma vida para viver e tem inalienável direito a ela...

Adelino Torres

³² Permito-me no entanto assinalar dois trabalhos recentes sobre esse tema: Adelino Torres e Manuel Ennes Ferreira, “A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa no contexto da globalização: problemas e perspectivas”, in Adriano Moreira (Coordenação de), *A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – Cooperação*, Coimbra, Almedina, 2001: 23-119; e Jorge Costa Oliveira, “A interacção entre a política e a economia (os casos de Angola e da Guiné-Bissau)”, revista *Cadernos de Economia* (Lisboa), Julho/Setembro 1999 (Ed. Ordem dos Economistas).